

30/07/2021

APEOESP

98

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

**VOLTA ÀS AULAS
PRESENCIAIS A
PARTIR DE 2 DE
AGOSTO NÃO É
OBRIGATÓRIA PARA
OS ESTUDANTES**

É fundamental manter os carros de som em diálogo com pais, mães para que não enviem seus filhos às escolas para preservação da vida

Secretaria de Comunicação

Com a participação de jornalistas dos principais meios de comunicação do país, a APEOESP divulgou na sexta-feira, 30/7, resultados da pesquisa que realizou, por meio do Instituto Vox Populi, com professores, pais e estudantes das escolas públicas do estado de São Paulo.

A pesquisa demonstrou o estado de abandono da educação pública por parte do governo Doria/Rossieli durante a pandemia e o justificado receio de pais, estudantes e professores em relação ao retorno das aulas presenciais nas condições impostas pela SEDUC.

Professores, estudantes e pais temem a Covid no ambiente escolar

A íntegra dos dados apresentados está disponível no portal da APEOESP (<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/pesquisa-2021/pesquisa-quantitativa-apeoesp-vox-populi-2021-2/>), mas é importante destacar que 56,2% dos professores são contra o retorno às aulas presenciais (sendo que, na capital paulista, este índice sobe para 77,5%). Entre os pais, não querem o retorno 51,3% e, entre os jovens de ensino médio, 44,1% também desaprovam.

Outro dado a registrar é que o receio da Covid-19 é muito forte entre professores (85,6%), pais (81,8%) e estudantes do ensino médio (75,1%).

O receio é totalmente justificável. No estado de São Paulo, já se contabilizaram 4.027.000 de casos de Covid-19, com 138.101 óbitos, ou 25% do total nacional. Lembrando que o estado de São Paulo possui 20% da população brasileira. Lembramos ainda que no primeiro semestre foram registrados mais de 2700 casos nas escolas estaduais, com 105 óbitos. O grande receio é que, com o retorno sem os devidos protocolos sanitários, as escolas se tornem grandes focos de infecção, sobretudo frente à presença da variante Delta (indiana) do novo coronavírus no nosso país.



RETORNO ÀS ESCOLAS NÃO É OBRIGATÓRIO PARA ESTUDANTES

O secretário da Educação insiste em promover a volta de todos os professores e funcionários às escolas no dia 2 de agosto, sendo facultativo para os estudantes. As subsedes devem manter os carros de som em circulação com a mensagem de áudio que está sendo encaminhada pela Sede Central. Pais e mães devem continuar não enviando seus filhos às escolas durante a pandemia.

Em relação aos profissionais da educação, de acordo com a SEDUC, não devem comparecer quem apresenta comorbidades e ainda não se encontram fora do prazo de 14 dias decorridos da segunda dose da vacina e professoras gestantes.

Não aceitamos retorno com apenas uma dose da vacina

Não aceitamos a imposição de que professores voltem às escolas sem que tenham tomada as duas doses da vacina. De acordo com a pesquisa APEOESP/Vox Populi, metade dos profissionais da educação ainda não tomou a segunda dose e em torno de 5% ainda não tomou sequer a primeira dose.

Assim, a APEOESP ingressará com ação judicial

Preservação das professoras gestantes é resultado da nossa luta

A manutenção das gestantes em regime de teletrabalho foi resultado de nossa luta, pois a APEOESP vinha orientando essas professoras a comunicarem as escolas que não comparecerão às unidades e que deveriam buscar o departamento jurídico para ajuizarem mandados de segurança visando salvaguardar seus direitos.

Volta às escolas, somente com vacinação de todos, protocolos e controle da pandemia

Frente ao quadro geral da pandemia, nosso Sindicato mantém a posição de que só é possível o retorno às aulas presenciais quando todos os profissionais da educação tiverem recebido as duas doses da vacina (respeitado o prazo de 14 dias da última dose), com índice seguro de vacinação na comunidade, rígidos protocolos de segurança e controle da pandemia.

A APEOESP oficiou ao governador, secretários da educação e da saúde e aos dirigentes de ensino cobrando informações sobre as condições de cumprimento dos protocolos sanitários nas escolas, pois sabemos de todas as deficiências existentes nas unidades escolares.

Comissões de fiscalização em todas as subsedes. Parâmetros internacionais devem ser respeitados nas escolas

Todas as subsedes devem constituir comissões de fiscalização, formadas por diretores e conselheiros da entidade para visitar as unidades escolares e verificarem in loco as condições de segurança sanitária, destacando:

- Percentuais de professores que já receberam as duas doses da vacina e que receberam apenas a primeira dose ou que não foram vacinados.
- Distanciamento mínimo entre os estudantes e todas as demais pessoas no interior das escolas.

A recomendação da Organização Mundial de Saúde e a prática dos países que já promoveram a volta às aulas presenciais (como Alemanha, Estados Unidos, França, Reino Unido e outros) é de distanciamento mínimo de 1,5m a 2 m. Não está correta a orientação da SEDUC de distanciamento de 1 metro apenas. As comissões de fiscalização devem verificar a distância entre as carteiras e exigir que seja de 1,5m a 2m.

- Número de estudantes nas salas de aula. A prática internacional de distanciamento, como vimos, resulta na presença máxima de 11 a 15 estudantes por classe. É preciso que nas nossas escolas esse também seja o parâmetro.
- Disponibilização de equipamentos de proteção e álcool gel 70% a professores e funcionários.
- Limpeza dos ambientes, corrimãos, maçanetas e equipamentos, como tem sido a prática nos países que já tem aulas presenciais.
- Controle de entrada e saída de estudantes, medição da temperatura, verificação de possíveis sintomas de Covid.
- Situação geral da escola: condições da sala de aula, ventilação, banheiros, bebedouros, espaços abertos para os intervalos etc.
- Procedimentos nos casos de identificação de casos suspeitos de Covid – a prática internacional é a de suspensão imediata das aulas e fechamento definitivo em caso da confirmação dos casos.

Em todas as situações que não estejam de acordo com essas necessidades mínimas, a comissão deve exigir imediata solução para cada caso. Por exemplo, salas inadequadas.

Reuniões de representantes

A partir da terça-feira, 3/8, as subsedes devem organizar reuniões de representantes de escolas para organizar as comissões, realizar o debate sobre a imposição da volta às escolas, ampliando o debate com a comunidade, trabalhando os resultados da pesquisa na mídia e na sociedade e promovendo a mais ampla circulação possível dos carros se som.

Doria/Rossieli não prepararam a volta às aulas presenciais. Dinheiro o governo tem

A simples observação das escolas e a ausência de providências e orientações seguras para a segurança sanitária, além de reformas estruturais nas escolas confirma que o governo não valoriza a vida e que não preparou a volta às unidades escolares.

É importante frisar que o governo Doria investiu apenas 5% da verba orçamentária disponível para a melhoria estrutural das escolas. Porém, o orçamento anual da SEDUC é de R\$ 31 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões para investimentos, incluindo reformas das unidades.

Queremos testagem em massa dos estudantes

A APEOESP cobrará do governo estadual que inicie imediatamente a testagem em massa dos estudantes, com frequência de duas vezes por semana, como tem sido também praticado nos países a que já nos referimos (Alemanha, França, Reino Unido e Estados Unidos, além de outros).

Defender a liberdade de cátedra, a jornada e o trabalho do professor

Desde o início da pandemia, a SEDUC vem estabelecendo uma política abusiva em relação ao trabalho dos professores. A pesquisa da APEOESP demonstra que pelo menos 44% dos professores e professoras estão trabalhando mais neste período do que antes da pandemia. Em contrapartida, pela falta de apoio do governo para o acesso dos estudantes a equipamentos e Internet, os alunos terminaram por aprender menos.

Agora, a SEDUC quer obrigar os professores em trabalho presencial a atenderem todos os estudantes que estiverem nas escolas, sem respeitar as aulas e classes que lhes são atribuídas. Isso é inaceitável! Todo professor e professora que estiver sendo vítima desse abuso deve comunicar que trabalhará dentro das aulas e classes que lhes forem atribuídas e procurar o departamento jurídico da APEOESP para que sejam adotadas as medidas jurídicas necessárias.

A APEOESP irá agir judicialmente também para proteger o direito de cátedra dos professores, frente à exigência da SEDUC de que o docente transmita suas aulas para os estudantes que não estão fisicamente presentes. Isso faz com que a atividade docente se torne um verdadeiro espetáculo, aberto a interferências indesejáveis, por vezes ofensivas de

peças que nada têm a ver com o processo ensino-aprendizagem. Isto é inadmissível.

Pelo fim do congelamento salarial: 29,25% de reajuste já!

Como vimos, o governo Doria tem dinheiro. Além do orçamento da SEDUC de R\$ 31 bilhões, Doria conseguiu um superávit de R\$ 7,7 bilhões em 2020 e terminou aquele ano com R\$ 11 bilhões em caixa.

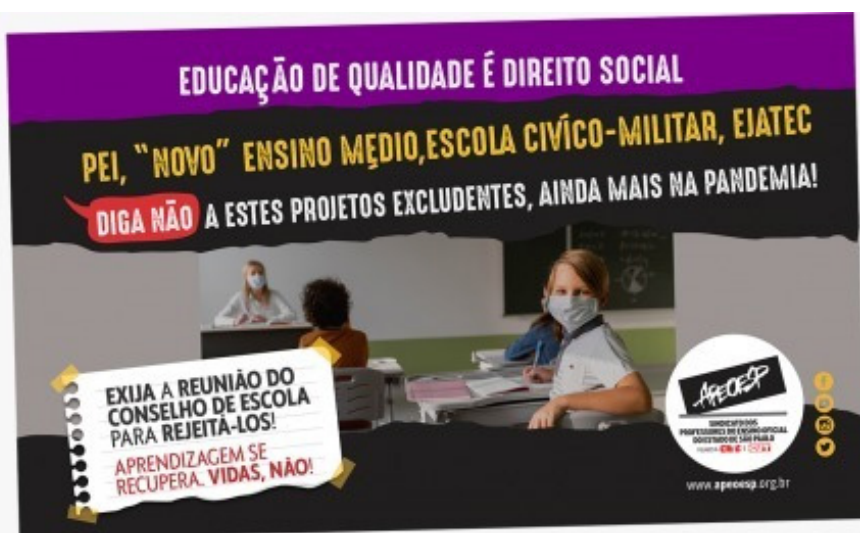
Precisamos de R\$ 29,25% de reajuste para que nossos salários base voltem a se equiparar ao piso salarial profissional nacional. Já temos 10,15% conquistados na justiça, que esse governo se recusa a pagar. Estamos realizando a luta judicial, mas à medida em que aumenta o controle da pandemia, voltaremos cada vez mais às ruas para lutar pela nossa valorização salarial e profissional.

Não ao ensino a la carte do velho “novo” ensino médio

Na próxima semana a APEOESP disponibilizará no seu portal e nas redes sociais, bem como encaminhará às subseções publicação que explica a estudantes, professores, pais e à sociedade a falácia do “novo” ensino médio.

Também veiculará na TV e nas redes sociais vídeo no qual denunciará o rebaixamento curricular dessa reforma e seus prejuízos para os estu-

dantes, bem como a onda de desemprego que provocará entre os professores, com a redução de disciplinas e sua substituição por falsos “itinerários formativos”, mostrando que se trata de pura enganação.



Secretaria de Comunicação

APEOESP conquista liminar para professora da categoria O participar de atribuição de EJA

A juíza Ruslaine Romano, do Foro de Taboão da Serra do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar em Mandado de Segurança em favor da professora da categoria O, autorizando-a a participar da atribuição de aulas para Educação de Jovens e Adultos.

A ação foi impetrada pelo departamento jurídico da Sede Central da APEOESP por determinação de sua presidente, Professora Bebel, para atender a citada professora.

A professora estava em gozo das férias e, portanto, a diretora de sua escola indeferiu sua participação à sessão de atribuição, ignorando o direito da categoria ao merecido descanso.

